



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15044 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

ANÁLISE DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NOS PLANOS DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Meire Helen dos Santos Lima - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Anita Tetslaff Torquato Melo - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

ANÁLISE DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NOS PLANOS DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Introdução

Esse trabalho corresponde a apresentação de resultados de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da região Centro-Oeste, no estado de Mato Grosso do Sul, em uma Universidade Pública, a saber, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e vinculada ao Grupo de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação (GEPGE). O financiamento da investigação está sendo assegurada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O objetivo é socializar a análise realizada sobre a Política de Alfabetização nos Planos de Cooperação Educacional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e desenvolvido via pesquisa documental. O corpus de análise compreende os dois Plano estratégicos de cooperação de educação da CPLP.

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 e é constituída por nove Estados-Membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). A CPLP tem como objetivo assegurar a aproximação da relação político-diplomática e a cooperação na promoção e defesa da Língua Portuguesa

(Saraiva, 2001).

A CPLP tem a ligação por ter em comum o idioma português. Essa condição permite considerável aproximação para a cooperação entre os povos e, especialmente, para a afirmação de direitos humanos nas regiões mais carentes dos países que tem a língua portuguesa como oficial. As Políticas Públicas de Educação ocupam um lugar central entre os projetos e programas desenvolvidos no âmbito da CPLP. Por se tratar de uma organização diplomática de cooperação internacional, busca o estreitamento de laços e aprofundamento de relações político diplomática entre os países membros. Entre as ideias de cooperação está o planejamento e o desenvolvimento de projetos na área da educação (Souza; Souza, 2017).

Diante disso, levantamos a inquietação de pesquisa que se constituiu no problema dessa investigação: como tem se constituído a agenda de políticas educacionais para a alfabetização nos Planos de Cooperação em Educação na CPLP, para os países que têm a língua portuguesa como idioma oficial no período de 2015 a 2023.

A alfabetização, aqui, é na perspectiva de Mortatti (2019), que anuncia o conceito de alfabetização como um espaço do conhecimento, no qual são realizadas investigações referentes ao processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita na etapa da escolarização no início do Ensino Fundamental, aos seis anos de idade, tendo essa entrada aos seis anos tendo como uma estratégia para mensurar a eficácia a qual tem sido alvo de projetos políticos em competição (MORTATTI, 2019, p.140).

Souza, Bortot e Scaff (2023) a CPLP se trata de uma instituição contra hegemônica tendo como ponto principal a interculturalidade mediada pela lusofonia constituindo um ambiente estratégico de forças correlatas dentro do espaço da geopolítica mundial.

A Política educacional na CPLP é pautada no princípio da Lusofonia que declara em seu documento orientador “Declaração Conceitual da Lusofonia CPLP” (2008) que: os imigrantes lusófonos não residem somente em seus países de origem, estão espalhados por vários lugares, abrangendo nada menos que 4 (quatro) continentes da terra. A lusofonia é o elo de uma ligação marcada pelo passado, que vai além do idioma em comum, a relação é marcada por valores morais, por ordens jurídicas, econômicas, por aspectos artísticos, culinários e culturais.

Para as autoras Souza, Bortot e Scaff (2023), a lusofonia é conferida pela CPLP como uma configuração de arranjo de cooperação de caráter de organização supranacional. Nela os países membros são marcados pelo patrimônio cultural da língua portuguesa oferecido aos países ainda na época da colonização.

Desenvolvimento

Diante dessa breve contextualização, a análise empreendida se deu a partir da pesquisa documental, que se constituiu, então, pelos dois Planos de Cooperação Estratégica da CPLP

(2015-2022) e (2022-2026) para a educação nos países membros. Tendo por recorte temporal a data da publicação do primeiro referido plano, no ano de 2015. A análise dos dados coletados ocorreu mediante a interpretação dos conteúdos normativos a partir da categoria da política de alfabetização.

O Primeiro Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP (2015-2020) foi criado em 17 de abril de 2015, na cidade de Dili, capital do Timor Leste, no continente asiático. Esse documento foi aprovado na I Reunião de Ministros da Educação da CPLP. Foi publicado com (quatro) 4 subdivisões: Diretrizes Orientadoras da CPLP para a educação que foram consultadas para a elaboração desse plano; Objetivo Geral do Plano; Eixos e Objetivos Estratégicos; Estruturas de operacionalização do Plano Estratégico. Planejado para a vigência de cinco (05) anos, e teve a sua continuidade até 2022, de acordo com a deliberação da X Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em Cabo Verde, em 18 de novembro de 2021. Dentre as diretrizes para a criação do Plano é mencionada a Declaração constitutiva da CPLP de 1996 até a X Conferência de Estado e Governo da CPLP em 2014. Tal Plano Estratégico foi estruturado por cinco (05) eixos e doze (12) objetivos estratégicos.

No primeiro Plano Estratégico de Cooperação da CPLP (2015-2020) a alfabetização é concentrada diretamente apenas como um objetivo estratégico, o de número seis e trata mais diretamente ao reforçar a alfabetização de jovens e adultos nos países membros. Mas, indiretamente, há nos demais objetivos a nuance da alfabetização escolar quando se menciona a necessidade de se promover políticas que proporcionem o aumento da oferta da educação primária e a melhorar a qualidade do ensino da Língua Portuguesa, que são assuntos que se referem e se aplicam a etapa da alfabetização nos Estados Membros da CPLP.

O segundo Plano Estratégico de Cooperação em Educação de (2022 a 2026) foi aprovado na II Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da CPLP, em Luanda, no continente africano, em 31 de março de 2022. Tal plano frisa reafirmar a língua portuguesa por meio de um compromisso coletivo de cooperação horizontal estruturante entre os Estados-nações. O documento coloca que esse plano deve ser um instrumento abrangente e integrador de sinergias entre a área da educação.

Esse Plano (2022-2026) é estruturado em dez eixos estratégicos e 30 objetivos específicos (OE) para definir projetos que são prioritários no modelo de metas. Os 30 objetivos específicos se dividem entre os 10 eixos, sendo que cada eixo possui até 03 três OEs. Concentraremos aqui no Eixo I que trata da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos (AEJA) na CPLP. Esse eixo possui os 03 primeiros objetivos específicos.: OE1: Promover um espaço de diálogo, partilha de experiências e boas práticas de alfabetização e educação de jovens e adultos (AEJA) entre os Estados-Membros (EM) da CPLP, através da realização da II Oficina de Capacitação para Boas Práticas de AEJA na CPLP (2022); Incentivar a reflexão comunitária e harmonização do papel dos educadores de jovens e adultos no processo de ensino-aprendizagem, incluindo em contextos de emergência;

Impulsionar a cooperação multilateral em matéria de ações de capacitação institucional em alinhamento com as prioridades e interesses estratégicos nacionais relacionadas com a AEJA.

Conclusão

A diferença entre o primeiro e segundo plano está em que a Alfabetização no primeiro só é mencionada em um Objetivo específico que está atrelado a diminuição do Analfabetismo e educação destinada a jovens e adultos. Já no segundo Plano Estratégico, a alfabetização passa a ser o centro de um Eixo de cooperação, que além da Alfabetização de jovens e adultos trata da alfabetização desde a infância. Prevendo o ingresso tão logo de crianças na alfabetização, recomenda o aumento, assim, das recomendações estratégicas para serem contempladas nas políticas educacionais dos Estados-Membros e destacam a alfabetização na perspectiva de partilhar experiências de boas práticas tanto para a formação de professores, quanto para a cooperação internacional na mobilização e na realização de boas práticas. Recomendam, também, que a equipe técnica da CPLP providencie a implantação, o monitoramento e a avaliação de políticas educacionais nos EM. Para que ocorram tais atividades está posto que serão financiadas por e doações consignadas dos EM e o cofinanciamento de Organismos Internacionais. Já a CPLP, através dos Planos de Ação de Cooperação, se encarregará de mobilizar impulsionando continuamente o envolvimento de setores comunitários (CPLP, 2022).

Notoriamente, percebe-se o salto na preocupação da CPLP com a alfabetização, o que configura para que essa problemática possa ser resolvida será somente pela observação e indução de modelos de Políticas de Boas práticas. Segundo Bortot (2023), a articulação de importar boas práticas é o reflexo de uma dinâmica de se realizar a transferência de políticas por um processo muito característico de interdependência de regiões globais para países. Segundo Hostins e Hoepers (2017), a transferência de políticas públicas representa um:

[...] novo momento e dinâmica demarcam novas relações na política com o redesenho do papel do Estado – como policêntrico –, a diluição das fronteiras entre sociedade civil, o estado e a economia e a instalação de novos mecanismos de governança que passam a ser transnacionais, com a participação de uma gama diversificada de atores (Hostins e Hoepers, 2017, p. 01).

Marcadas por grandes desigualdade, principalmente, entre os países lusófonos colonizados (exceção Portugal – país colonizador), são constantemente citados por organismos multilaterais como focos de financiamento de política pública educacional condicionada a diretrizes econômicas hegemônicas. Nesse sentido, a CPLP, ao se posicionar na mesma direção, legitima esses consensos e perde oportunidade de ser um espaço diplomático contra-hegemônico no campo da alfabetização.

Diante do exposto, reiteremos a efetividade da proposição de que a CPLP continue no seu movimento de união em prol da preservação da lusofonia e que a alfabetização não prescrite no caminho de importar políticas por uma transferência sem contextualização cultural, financeira e social em busca de “êxito e desempenho” da alfabetização para atender aos anseios do mundo global.

Palavras-Chave: Lusofonia. Política Educacional. Plano de Cooperação Educacional da CPLP. Política de Alfabetização.

REFERÊNCIAS

BORTOT, C. M.; SCAFF, E. A. da S.; SOUZA, Kellcia Rezende. Atuação dos organismos multilaterais para a governança global: Difusão e transferência de políticas educacionais. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, 2023.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**. 2010, v. 15, n. 44, pp. 329-341.

SOUZA K.; BORTOT C.; SCAFF, E. A. S. La interculturalidad como instrumento para la internacionalización de la educación en la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa. **Revista Iberoamericana de Educación**, [S. l.], v. 93, n. 1, p. 145–160, 2023.

SARAIVA, J. F. S. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):** solidariedade e ação política. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SOUZA, P.B.; SOUZA, A.R. Políticas de educação na comunidade dos países de língua portuguesa: uma análise das ações de cooperação. **Questio**, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 209-232, abr. 2017.

HOSTINS, R. C. L.; HOEPERS, I. S. Transferência e mobilidade de políticas de Educação Superior na América Latina em tempos neoliberais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 25, n.120, p. dez. 2017.